

- Nas questões a seguir, marque, para cada uma, a única opção correta, de acordo com o respectivo comando. Para as devidas marcações, use a **Folha de Respostas**, único documento válido para a correção das suas respostas.
- Nas questões que avaliarem **conhecimentos de informática e(ou) tecnologia da informação**, a menos que seja explicitamente informado o contrário, considere que todos os programas mencionados estão em configuração padrão e que não há restrições de proteção, de funcionamento e de uso em relação aos programas, arquivos, diretórios, recursos e equipamentos mencionados
- Eventuais espaços livres — identificados ou não pela expressão “**Espaço livre**” — que constarem deste caderno de prova poderão ser utilizados para rascunho.

-- CONHECIMENTOS GERAIS --

Texto CG2A1-I

Durante os séculos XXI a XVII a.C., já era possível encontrar indícios do direito de acesso à justiça no Código de Hamurabi, cujas leis foram embasadas na célebre frase “Olho por olho, dente por dente”, da Lei de Talião. O código definia que o interessado poderia ser ouvido pelo soberano, que, por sua vez, teria o poder de decisão.

Em nível global, o acesso à justiça foi ampliado de forma gradual, juntamente com as transformações sociais que ocorreram durante a história da humanidade.

Com a derrota de Hitler em 1945 e, portanto, o fim da Segunda Guerra Mundial, da qual o Brasil participou contra as ditaduras nazifascistas — devido à entrada dos Estados Unidos da América no conflito, liderando e coordenando os esforços de guerra dos países do Eixo dos Aliados —, o mundo foi tomado pelas ideias democráticas, e o regime autoritário do Estado Novo (iniciado em 1937) já não se podia manter.

Foi somente com a Constituição de 1946 que o acesso à justiça foi materializado, prevendo-se que a lei não poderia excluir do Poder Judiciário qualquer violação de direitos individuais. Esse foi um grande avanço da legislação brasileira, mas não durou muito, já que, quase vinte anos depois, durante o regime militar (1964-1985), o acesso ao Poder Judiciário foi bastante limitado. Nos anos de 1968 e 1969, com a emissão dos atos institucionais, as condutas praticadas por membros do governo federal foram excluídas da apreciação judicial.

A partir de 1970, o Brasil começou a caminhar para a consagração efetiva do direito de acesso à justiça, com a intensificação da luta dos movimentos sociais por igualdade social, cidadania plena, democracia, efetivação de direitos fundamentais e sociais e efetividade da justiça.

Em 1988, foi promulgada a atual Constituição Federal, que materializou expressamente o acesso à justiça em seu artigo 5.º, inciso XXXV, como direito fundamental de todos os brasileiros e estrangeiros residentes no Brasil.

Nesse sentido, o legislador constituinte não só concedeu a possibilidade de acesso aos tribunais, como também estabeleceu a criação de mecanismos adequados para garanti-la e efetivá-la. O acesso à justiça deve ser compreendido, assim, como o acesso obtido tanto pelos meios alternativos de solução de conflitos de interesses quanto pela via jurisdicional e das políticas públicas, de forma tempestiva, adequada e eficiente, a toda e qualquer pessoa. É a pacificação social com a realização do escopo da justiça.

Internet: <www.politize.com.br> (com adaptações).

Questão 1

O tema central do texto CG2A1-I é

- Ⓐ a ampliação gradual do Poder Judiciário desde a previsão constitucional de 1946.
- Ⓑ a definição expressa do princípio do acesso à justiça no Código de Hamurabi.
- Ⓒ o estabelecimento de mecanismos que garantem o poder do governante.
- Ⓓ a evolução histórica do direito de acesso à justiça.
- Ⓔ o embasamento do princípio de acesso à justiça na Lei de Talião.

Questão 2

Infere-se do texto CG2A1-I que o acesso à justiça

- Ⓐ é concedido aos brasileiros natos e, com restrições, aos estrangeiros de qualquer nacionalidade naturalizados brasileiros, ainda que não residam no Brasil.
- Ⓑ é concedido ao cidadão brasileiro por decisão do Poder Judiciário.
- Ⓒ é definido na Constituição Federal de 1988, mas não tem efetividade no mundo real.
- Ⓓ representa a prerrogativa exclusiva dos brasileiros de buscar a tutela de seus direitos por meio da atuação de um magistrado.
- Ⓔ constitui, no Brasil, o direito de ter à disposição o meio constitucionalmente previsto para pleitear e alcançar a tutela jurisdicional do Estado.

Questão 3

No texto CG2A1-I, predomina a tipologia textual

- Ⓐ descritiva.
- Ⓑ argumentativa.
- Ⓒ expositiva.
- Ⓓ narrativa.
- Ⓔ injuntiva.

Questão 4

Cada uma das próximas opções apresenta uma proposta de reescrita para o primeiro período do primeiro parágrafo do texto CG2A1-I. Assinale a opção em que a proposta apresentada mantém a coerência e a correção gramatical do texto.

- Ⓐ Já nos séculos XVII a XXI a.C., era possível encontrar vestígios da existência do direito de acesso à justiça no Código de Hamurabi, em cujas leis tiveram inspiração a frase da Lei de Talião “Olho por olho, dente por dente”.
- Ⓑ Sinais do direito de acesso à justiça já podiam ser encontrados no decorrer dos séculos XXI a XVII a.C., no Código de Hamurabi, cujas leis eram fundamentadas na seguinte famosa frase da Lei de Talião: “Olho por olho, dente por dente”.
- Ⓒ Dentre os séculos XVII a XXI a.C., se encontram indicação do acesso ao direito de justiça na Lei de Talião (“Olho por olho dente por dente”), presente no Código de Hamurabi.
- Ⓓ No período entre os séculos XXI a XVII, já existia indícios do direito de acesso à justiça na Lei de Talião, chamada de Código de Hamurabi, pela máxima “Olho por olho, dente por dente”.
- Ⓔ Nos séculos XXI a XVII a.C., era possível já encontrar traços da garantia do direito de acesso a justiça nas leis do Código de Hamurabi, onde foram embasadas na famosa sentença “Olho por olho, dente por dente” da Lei de Talião.

Questão 5

A correção gramatical e os sentidos do texto CG2A1-I seriam preservados com a substituição de

- I “que ocorreram” (segundo parágrafo) por **sucedidas**.
 II “portanto” (terceiro parágrafo) por **contanto**.
 III “da qual” (terceiro parágrafo) por **cuja**.

Assinale a opção correta.

- A** Nenhum item está certo.
B Apenas o item I está certo.
C Apenas o item III está certo.
D Apenas os itens I e II estão certos.
E Apenas os itens II e III estão certos.

Questão 6

No primeiro parágrafo do texto CG2A1-I, o elemento “que”, em “que, por sua vez, teria o poder de decisão”, refere-se a

- A** “Talião”.
B “Hamurabi”.
C “O código”.
D “soberano”.
E “o interessado”.

Questão 7

A correção gramatical do texto CG2A1-I seria preservada se

- A** fosse inserida uma vírgula logo após “Constituição de 1946” (quarto parágrafo).
B fosse inserido o sinal de dois-pontos logo após a forma verbal “definia” (primeiro parágrafo).
C fosse inserida uma vírgula logo após a palavra “ampliado” (segundo parágrafo).
D fossem suprimidos os travessões empregados no terceiro parágrafo.
E fosse suprimida a vírgula empregada logo após “artigo 5.º” (sexto parágrafo).

Questão 8

No terceiro parágrafo do texto CG2A1-I, o trecho entre travessões informa o motivo de

- A** o Brasil ter participado da Segunda Guerra Mundial contra as ditaduras nazifascistas.
B Hitler ter sido derrotado em 1945.
C a Segunda Guerra Mundial ter chegado ao fim.
D o regime autoritário do Estado Novo ter sucumbido.
E o mundo ter sido tomado pelas ideias democráticas.

Questão 9

À luz da Constituição do Estado de Rondônia, compete ao estado legislar, de forma concorrente, respeitadas as normas gerais da União, sobre

- A** o cumprimento desta Constituição.
B as custas dos serviços forenses.
C a criação dos seus serviços.
D a administração dos seus serviços.
E a organização dos seus serviços.

Questão 10

De acordo com a Lei Complementar n.º 117/1994, que criou a Defensoria Pública do Estado de Rondônia, integra o Conselho Superior da Defensoria Pública do Estado de Rondônia como membro eleito

- A** um defensor público do estado de 1.ª entrância.
B o defensor público-geral.
C o subdefensor público-geral.
D o ouvidor-geral da Defensoria Pública.
E o corregedor-geral da Defensoria Pública.

Questão 11

De acordo com a Lei Complementar n.º 703/2013, que dispõe sobre a criação do quadro de pessoal administrativo da Defensoria Pública do Estado de Rondônia, ao entrar em exercício, o(a) servidor(a) nomeado(a) para cargo de provimento efetivo ficará sujeito(a) a estágio probatório pelo período de

- A** três anos, o qual considera todos os períodos de licenças e demais afastamentos.
B três anos, o qual desconsidera os períodos de licenças e demais afastamentos, inclusive os previstos constitucionalmente.
C dois anos, o qual desconsidera os períodos de licenças e demais afastamentos, exceto quanto aos previstos constitucionalmente.
D três anos, o qual desconsidera os períodos de licenças e demais afastamentos, exceto quanto aos previstos constitucionalmente.
E dois anos, o qual considera todos os períodos de licenças e demais afastamentos.

Questão 12

Com base na Lei Complementar n.º 68/1992, que trata do regime jurídico dos servidores públicos civil do Estado de Rondônia, são requisitos básicos para a investidura em cargo público

- A** o gozo dos direitos políticos e idade mínima de dezesseis anos.
B a nacionalidade brasileira e aptidão física e mental declarada pela pessoa e sem a necessidade de comprovação em inspeção médica.
C a nacionalidade brasileira e o nível de escolaridade exigido para o exercício do cargo.
D o nível de escolaridade exigido para o exercício do cargo e idade mínima de dezesseis anos.
E aptidão física e mental declarada pela pessoa e sem a necessidade de comprovação em inspeção médica e o gozo dos direitos políticos.

Questão 13

Segundo o boletim informativo da Secretaria de Estado da Agricultura (SEAGRI), o valor bruto da produção agropecuária (VBP) de Rondônia alcançou, em 2020, mais de R\$ 15,2 bilhões, com crescimento médio de 7% ao ano, ultrapassando a meta do plano estratégico do governo de alcançar, até o ano de 2023, o valor de R\$ 14 bilhões no VBP. Nesse contexto, o recorde de que trata o boletim refere-se, principalmente, à produção de

- A** milho, algodão, gado de corte e gado de leite.
B soja, milho, cana-de-açúcar e pecuária leiteira.
C café, laranja, amendoim e pecuária bovina.
D milho, soja, mandioca e cacau.
E soja, milho, café e pecuária bovina.

Questão 14

Considerando os números apresentados no contorno fronteiriço do estado de Rondônia, a hidrografia e os limites geográficos do estado, assinale a opção correta.

- Ⓐ O número 1 refere-se ao noroeste do estado, onde, na direção nordeste, está o curso do rio Madeira.
- Ⓑ O número 5 mostra a junção entre os rios Ji-Paraná e Madeira, cujos cursos são direcionados para o sul do estado.
- Ⓒ O número 2 marca o curso do rio do Guaporé, utilizado para a navegação, a nordeste do estado.
- Ⓓ O número 3 aponta para o sudoeste do estado, onde se situa o rio Madeira, o mais navegável e importante de Rondônia.
- Ⓔ O número 4 apresenta o limite estatal onde se localiza parte do curso do rio Mamoré, na fronteira com a Bolívia.

Questão 15

Segundo estimativa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), divulgada em meados de 2021, Rondônia passa de 1,8 milhão de habitantes. A população de Porto Velho representa 30,2% de todos os moradores do estado. Quanto à ocupação da população do estado, é correto afirmar que

- Ⓐ o nível de escolaridade é alto, tanto é que a maior parte da população adulta tem ensino superior completo.
- Ⓑ a maior parte da população trabalhadora concentra-se nas atividades da agricultura familiar e do agronegócio.
- Ⓒ a administração pública e os serviços empregam a maior parte da população economicamente ativa.
- Ⓓ o setor secundário da economia, que envolve as indústrias de transformação e a construção civil, domina o emprego.
- Ⓔ as classes de renda A e B correspondem à metade da população urbana, em decorrência do poder econômico do agronegócio.

Questão 16

Assinale a opção que corresponde ao personagem importante nos primórdios da história do território do estado de Rondônia que comandou a demarcação de fronteiras na região e determinou a construção do forte de Presídio de Nossa Senhora da Conceição.

- Ⓐ Padre José de Anchieta
- Ⓑ Padre Manuel da Nóbrega
- Ⓒ Percival Farquhar
- Ⓓ Dom Rolim de Moura
- Ⓔ Mal. Cândido Rondon

Questão 17

Em 1494, importante tratado foi assinado na Península Ibérica, dividindo o Novo Mundo, isto é, a recém descoberta América, entre duas potências europeias. Pelo acordo, quase toda a Amazônia, inclusive o atual estado de Rondônia, pertenceria

- Ⓐ à Holanda.
- Ⓑ a Portugal.
- Ⓒ à Espanha.
- Ⓓ à França.
- Ⓔ à Inglaterra.

Questão 18

Etapas diversas marcaram o processo de ocupação, povoamento e desenvolvimento de Rondônia. Relativamente às características e incidências desse processo, assinale a opção correta.

- Ⓐ Diferentemente do ocorrido nas demais áreas do Brasil Colônia, Rondônia desconheceu a presença de missões religiosas na ocupação de seu território.
- Ⓑ Importante no conjunto da Amazônia, em determinadas épocas, a exploração da borracha praticamente inexistiu no território que viria a ser o atual estado de Rondônia.
- Ⓒ Os bandeirantes paulistas penetraram no interior da Colônia em busca de metais preciosos, mas não chegaram à Amazônia (inclusive Rondônia) devido aos obstáculos naturais da região.
- Ⓓ O pleno êxito da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré, da tranquila construção ao seu uso permanente, foi decisivo para assegurar o desenvolvimento de Rondônia.
- Ⓔ A atividade garimpeira, com o início da exploração da cassiterita, incrementou a expansão demográfica do então território federal que se transformaria no estado de Rondônia.

Espaço livre

-- CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS --**Questão 19**

Assinale a opção que indica uma característica recente das organizações modernas cuja finalidade é gerar inovação, aumentar a competitividade, reduzir custos, melhorar a qualidade de produtos e serviços, minimizar esforços, facilitar o processo de comunicação e atender às necessidades dos clientes e dos atores interessados nos resultados institucionais.

- A** gestão da informação e do conhecimento
- B** uso intensivo dos recursos de tecnologia da informação
- C** governança corporativa
- D** ênfase na competitividade e satisfação dos clientes
- E** aprendizado organizacional

Questão 20

Assinale a opção que indica o tipo de entidade que é dotada de personalidade jurídica de direito privado, cuja criação é autorizada por lei, sob a forma de sociedade anônima, com capital público e privado, e cujas ações com direito a voto pertencem, em sua maioria, a ente estatal ou entidade da administração indireta.

- A** sociedade de economia mista
- B** fundação autárquica
- C** empresa pública
- D** agência executiva
- E** fundação pública

Questão 21

No que tange à gestão de processos, julgue os itens seguintes.

- I Atividade é a menor divisão do trabalho, exclusivamente operacional, que corresponde ao fazer.
- II Tarefa é um conjunto de ações com procedimentos definidos que descrevem o passo a passo para a sua execução, de acordo com um método definido.
- III Processo é o conjunto de operações que recebe um insumo, agrega-lhe valor e o transforma em produto.
- IV Macroprocesso corresponde à visão mais geral do processo, que, em regra, abrange vários processos principais ou secundários, compreendendo mais de uma função organizacional.

Estão certos apenas os itens

- A** I e II.
- B** II e IV.
- C** III e IV.
- D** I, II e III.
- E** I, III e IV.

Questão 22

Com relação à gestão de contratos públicos, assinale a opção correta.

- A** Multa aplicada após regular processo administrativo não poderá ser descontada da garantia da correspondente contratada.
- B** Multa aplicada por atraso injustificado na execução do contrato público impede a rescisão unilateral do contrato pela administração.
- C** A advertência constitui sanção administrativa exclusiva no caso de inexecução parcial de contrato público.
- D** A sanção de suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração tem prazo máximo de três anos.
- E** Injustificado atraso na execução de contrato público sujeitará o contratado à multa de mora, na forma prevista no contrato.

Questão 23

A administração pública deve adotar critérios objetivos e preestabelecidos para suas decisões; isto é, quando realizar um procedimento licitatório, deve aplicar critérios imparciais entre todos os participantes, não podendo ser subjetiva nas suas decisões e atitudes.

O texto anterior aborda o princípio da

- A** isonomia.
- B** legalidade.
- C** publicidade.
- D** impessoalidade.
- E** probidade administrativa.

Questão 24

Visando à celeridade processual, no caso de contratação de entidades privadas sem fins lucrativos para a implementação de cisternas ou outras tecnologias sociais de acesso à água para consumo humano e produção de alimentos, a fim de beneficiar famílias rurais de baixa renda atingidas pela seca ou falta regular de água, o gestor público deve adotar

- A** a concorrência.
- B** a inexigibilidade de licitação.
- C** a tomada de preços.
- D** o convite.
- E** a dispensa de licitação.

Questão 25

Considerando os princípios de elaboração do orçamento durante o ciclo e o processo orçamentário, assinale a opção correta.

- A** Pelo princípio do orçamento bruto, a lei de diretrizes orçamentárias deve registrar o total das receitas e das despesas previstas no orçamento público do ano subsequente, incluindo a dedução do montante da dívida pública inscrita no anexo de metas fiscais.
- B** A lei orçamentária anual fere o princípio da unidade ao determinar a elaboração de três peças orçamentárias, consistentes nos orçamentos fiscal, da seguridade social e de investimentos.
- C** Os investimentos públicos, inclusive aqueles oriundos de créditos especiais e extraordinários, só podem ser iniciados após a sua inclusão no plano plurianual e são limitados a um exercício financeiro, conforme o princípio da periodicidade.
- D** Durante o processo orçamentário da Defensoria Pública do Estado de Rondônia, cabe ao defensor público geral do estado a elaboração da proposta orçamentária do órgão e o seu envio à Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia, juntamente com o plano plurianual de investimentos e o projeto de lei de diretrizes orçamentárias.
- E** Respeitando-se o princípio da não vinculação das receitas de impostos e as normas técnicas e legais, a estimação da arrecadação das receitas na lei orçamentária anual deve considerar os efeitos da variação do índice de preços e do crescimento econômico.

Questão 26

Durante a execução do orçamento de 2021, as dotações inicialmente aprovadas na lei orçamentária anual (LOA) foram insuficientes para a efetivação de determinado programa constante no plano plurianual.

Nessa situação hipotética, o referido problema pode ser resolvido mediante

- Ⓐ a edição de medida provisória para a abertura de crédito extraordinário destinado a recompor o orçamento do programa de trabalho deficitário.
- Ⓑ o envio de projeto de lei à assembleia legislativa que verse a respeito de crédito adicional, no caso do governo estadual, caso o valor necessário ultrapasse a autorização prevista de créditos orçamentários da LOA.
- Ⓒ a emissão de título público previsto no regime extraordinário fiscal, financeiro e de contratações para enfrentamento de calamidade pública nacional decorrente da pandemia de covid-19, o qual venha a se constituir em crédito suplementar.
- Ⓓ crédito ordinário suplementar que, solicitado pela unidade gestora, implique uma alteração orçamentária qualitativa para a constituição de um novo programa de trabalho em substituição ao programa deficitário.
- Ⓔ a realocação de recursos de uma categoria de programação para outra, ou seja, o deslocamento de fundos de uma função e subfunção para um crédito extraordinário do programa de trabalho deficitário.

Questão 27

Julgue os itens a seguir, com base na Lei Complementar n.º 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal).

- I A despesa primária prevista para cada exercício financeiro tem como limite a variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) para o período de doze meses encerrado em dezembro do exercício anterior a que se refere a lei orçamentária.
- II O projeto de lei de diretrizes orçamentárias será acompanhado de anexo de metas fiscais com a avaliação da situação financeira e atuarial dos regimes geral de previdência social e próprio dos servidores públicos e do fundo de amparo ao trabalhador, sendo facultativo nos municípios com população inferior a cinquenta mil habitantes.
- III A transparência da gestão fiscal ocorre com a liberação de informações pormenorizadas sobre a execução orçamentária e financeira em meios eletrônicos de acesso público e em tempo real, para conhecimento e acompanhamento da sociedade.
- IV A despesa corrente derivada de lei ou decreto administrativo, classificada como de caráter continuado, será instruída com memória de cálculo que demonstre o impacto orçamentário-financeiro durante a vigência do respectivo plano plurianual.

Estão certos apenas os itens

- Ⓐ I e III.
- Ⓑ I e IV.
- Ⓒ II e III.
- Ⓓ I, II e IV.
- Ⓔ II, III e IV.

Questão 28

A tabela a seguir contém informações a respeito da execução orçamentária da Unidade de Gestão da Defensoria Pública do Estado de Rondônia.

ano	valor empenhado (em R\$)	valor pago (em R\$)
2019	71.534.213,82	70.486.907,72
2020	72.438.820,48	70.916.016,45
2021	74.803.218,64	66.524.463,78

Internet: <<http://transparencia.cge.ro.gov.br>> (com adaptações).

Considerando essas informações e as disposições da Lei n.º 4.320/1964, assinale a opção correta, acerca da despesa pública.

- Ⓐ O valor liquidado do orçamento da Unidade de Gestão da Defensoria Pública do Estado de Rondônia, em 2019, foi inferior a R\$ 70.486.907,72.
- Ⓑ Infere-se da tabela apresentada que o valor liquidado na Unidade de Gestão da Defensoria Pública do Estado de Rondônia, em 2020, foi de, no mínimo, R\$ 70.916.016,45.
- Ⓒ Os referidos dados da execução orçamentária revelam que a Unidade de Gestão da Defensoria Pública do Estado de Rondônia acumulou, no período de 2019 a 2021, uma dívida ativa com restos a pagar superior a R\$ 10 milhões.
- Ⓓ Infere-se da tabela apresentada que o empenho ordinário, em 2021, foi de R\$ 50 milhões e que o empenho por estimativa foi de R\$ 8,3 milhões.
- Ⓔ Por determinação da Lei n.º 4.320/1964, a diferença entre o valor empenhado e o valor pago em 2021 deve ser obrigatoriamente inscrita em restos a pagar.

Questão 29

A respeito das classificações orçamentárias, assinale a opção correta.

- Ⓐ Na classificação orçamentária brasileira, chama-se operação especial a forma de organização dos programas governamentais no plano plurianual.
- Ⓑ O grupo de natureza de despesa é o indicador da classificação orçamentária que informa se os recursos serão aplicados diretamente pelo governo ou mediante transferência para entidades sem fins lucrativos.
- Ⓒ Denomina-se matricialidade, na classificação orçamentária, a possibilidade de combinar subfunções a funções diferentes daquelas a elas diretamente relacionadas.
- Ⓓ O programa é o maior nível de agregação das diversas áreas de atuação do setor público, reflete a competência institucional do órgão e pode envolver mais de uma área de despesa.
- Ⓔ No processo de orçamentação, o projeto é um instrumento de programação utilizado para o alcance do objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações que se realizam de modo contínuo e permanente.

Questão 30

Acerca da receita pública, assinale a opção correta.

- Ⓐ Estão entre as receitas correntes as provenientes de recursos financeiros recebidos de outras pessoas de direito público ou privado, quando destinadas a atender a despesas classificáveis em despesas correntes.
- Ⓑ As rendas do patrimônio imobiliário do Estado são receitas públicas derivadas, pois são resultantes da exploração de atividades econômicas da administração pública, definidas em norma constitucional ou legal.
- Ⓒ A contribuição social é uma espécie de tributo que pode ser instituído pelos estados para o financiamento dos direitos sociais previstos constitucionalmente.
- Ⓓ A dívida ativa constitui-se pelos créditos tributários da fazenda pública que, não pagos no vencimento, são inscritos em registro próprio, formando, assim, passivo público.
- Ⓔ Os recursos financeiros que, mesmo em caráter temporário, sejam depositados nos cofres públicos passam a integrar as receitas públicas estabelecidas na LOA.

Questão 31

Julgue os itens a seguir, acerca dos direitos e das garantias fundamentais.

- I É livre a manifestação do pensamento, inclusive anonimamente.
- II A intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas são invioláveis, e eventual atentado a esses direitos permite que se busque a indenização pelo dano moral ou material decorrente da violação.
- III Todos têm direito a receber informações de seu interesse particular dos órgãos públicos, bem como informações de interesse coletivo ou geral. Os pedidos de acesso à informação devem ser atendidos no prazo fixado, sob pena de responsabilidade do agente público. A exceção à regra geral de transparência são as informações cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado.
- IV A lei não excluirá da apreciação do Poder Judiciário lesão ou ameaça a direito, salvo se a matéria trazida à apreciação estiver pacificada na jurisprudência dos tribunais superiores — como, por exemplo, em súmula vinculante, repercussão geral ou recurso repetitivo.

Estão certos apenas os itens

- Ⓐ I e II.
- Ⓑ I e IV.
- Ⓒ II e III.
- Ⓓ III e IV.
- Ⓔ II, III e IV.

Questão 32

A criação da comissão parlamentar de inquérito (CPI) foi expressamente prevista no artigo 58 §3º da Constituição Federal de 1988 (CF). Nos termos do artigo em referência, a CPI terá poderes de investigação próprios das autoridades judiciais, além de outros previstos nos regimentos da Câmara dos Deputados e do Senado Federal.

Acerca das características da CPI, assinale a opção correta.

- Ⓐ A criação de CPI dependerá de requerimento de dois terços da totalidade dos membros da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, em conjunto ou separadamente.
- Ⓑ A CPI poderá tomar depoimento de quaisquer autoridades federais, estaduais ou municipais, desde que haja decisão judicial prévia autorizadora da convocação.
- Ⓒ Se a CPI promover reunião secreta, o depoente convocado não poderá estar acompanhado de seu advogado.
- Ⓓ A CPI deve promover a oitiva do investigado antes de ordenar a decretação da quebra de sigilo, sob pena de o ato ser considerado abusivo e ilegal.
- Ⓔ Caso a CPI incorra em excessos e seus atos remontem a violações à CF, o controle judicial do ato competirá ao STF.

Questão 33

Em relação à organização político-administrativa do Estado Brasileiro, bem como às atribuições e responsabilidades dos Poderes Executivo e Legislativo, assinale a opção correta.

- Ⓐ O vice-governador de estado não pode ser alvo de um processo de *impeachment*.
- Ⓑ Instaurado o processo de *impeachment* pelo Senado Federal contra presidente da república por crime de responsabilidade, este ficará suspenso de suas funções indefinidamente.
- Ⓒ A denúncia de crime de responsabilidade contra presidente da república poderá ser recebida ate mesmo após o término do mandato.
- Ⓓ O ministro de Estado que faltar convocação da Câmara dos Deputados, do Senado Federal ou de suas comissões para prestar informações sobre assunto previamente determinado da sua competência, sem apresentar justificativa adequada, poderá ser processado por crime de responsabilidade.
- Ⓔ Somente após a autorização por dois terços dos membros da Câmara dos Deputados, poderá o presidente da república ser submetido a julgamento no Senado Federal, nas infrações penais comuns, ou no STF, nos crimes de responsabilidade.

Questão 34

Considerando as competências do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e do Ministério Público (MP), assinale a opção correta.

- A** O CNJ tem competência originária e exclusiva para receber e conhecer das reclamações contra membros ou órgãos do Poder Judiciário, inclusive contra seus serviços auxiliares, serventias e órgãos prestadores de serviços notariais e de registro que atuem por delegação do poder público. Significa dizer que o CNJ tem autonomia para investigar e punir juízes e servidores do Poder Judiciário, em detrimento das corregedorias dos tribunais aos quais os servidores e magistrados pertençam, sobre as quais o CNJ tem precedência.
- B** O CNJ é competente para exercer o controle da atuação administrativa e financeira do Poder Judiciário e do cumprimento dos deveres funcionais dos juízes, podendo, até mesmo, aplicar pena mais gravosa que a imposta pelos tribunais respectivos em processos disciplinares. Não cabe ao STF rever o mérito das decisões exaradas pelo CNJ, mas tão somente verificar a legalidade dos atos e procedimentos do CNJ no exercício legítimo de sua função constitucional.
- C** A Defensoria Pública, embora seja uma instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, não possui legitimidade ativa para ajuizar ação civil pública, que é de legitimidade exclusiva do MP.
- D** Os MPs dos estados e do Distrito Federal têm legitimidade para interpor recursos para o STF e para o STJ em processos da sua atribuição, ressalvada a atuação do Ministério Público Federal, que em qualquer caso poderá atuar nos tribunais superiores.
- E** Enquanto chefe do Ministério Público da União (MPU) nomeado pelo presidente da república, o procurador-geral da República tem iniciativa dos projetos de lei que versem sobre a organização, as atribuições e o estatuto do MPU, com exceção do Ministério Público Militar, cuja organização compete ao procurador-geral da justiça militar.

Questão 35

Segundo a CF, o controle externo está a cargo do Congresso Nacional e será exercido com o auxílio do Tribunal de Contas da União (TCU), ao qual compete

- I apreciar as contas apresentadas anualmente pelo presidente da República e emitir parecer prévio que deverá ser elaborado em 60 dias a contar de seu recebimento.
- II julgar as contas dos administradores e demais responsáveis por bens e valores da administração direta e indireta, incluindo-se as fundações e sociedades instituídas e mantidas pelo poder público federal, assim como as contas de quem der causa a perda, extravio ou outra irregularidade de que resulte prejuízo ao erário público.
- III exercer o controle externo da atividade policial, na forma de lei complementar.
- IV aplicar aos responsáveis as sanções previstas em lei, em caso de ilegalidade de despesa ou irregularidade de contas, que incluirão, entre outras, multa proporcional ao dano ao erário.
- V zelar pelo efetivo respeito dos poderes públicos e dos serviços de relevância pública aos direitos assegurados na Constituição Federal e promover as medidas necessárias a sua garantia.

Assinale a opção correta.

- A** Apenas os itens I e II estão certos.
- B** Apenas os itens III e V estão certos.
- C** Apenas os itens I, II e IV estão certos.
- D** Apenas os itens III, IV e V estão certos.
- E** Todos os itens estão certos.

Questão 36

Em relação ao tema de finanças públicas, assinale a opção correta.

- A** A abertura de crédito extraordinário somente será admitida para atender a despesas imprevisíveis e urgentes, como as decorrentes de guerra, comoção interna ou calamidade pública, tal qual a pandemia de covid-19.
- B** É cediço que a competência da União para emitir moeda deve ser exercida exclusivamente pelo Banco Central. Dessa forma, compete ao Banco Central conceder, direta ou indiretamente, empréstimos ao Tesouro Nacional e a qualquer órgão ou entidade que não seja instituição financeira.
- C** Segundo a CF, a matéria de finanças públicas, de dívida pública externa e interna e de emissão e resgate de títulos da dívida pública deve ser regulada por lei ordinária.
- D** A execução de programas ou projetos não incluídos na lei orçamentária anual é permitida, desde que expressamente autorizada por 2/3 dos membros da Câmara dos Deputados.
- E** A União, os estados, o Distrito Federal e os municípios têm competência concorrente para legislar sobre orçamento e direito tributário, em consonância com o princípio federativo.

Questão 37

Com relação à vigência das leis, assinale a opção correta.

- A** A lei começa a vigorar em todo o país no primeiro dia útil do mês posterior à sua publicação.
- B** A lei em vigor terá efeito imediato e geral, respeitados o ato jurídico perfeito, o direito adquirido e a coisa julgada.
- C** Nos Estados estrangeiros, a obrigatoriedade da lei brasileira, quando admitida, se inicia quarenta e cinco dias depois da sua publicação oficial.
- D** A lei revogada se restaura automaticamente quando a lei revogadora perde a vigência.
- E** A lei temporária terá vigor até que outra a modifique ou a revogue.

Questão 38

O art. 5.º da Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro dispõe o seguinte: “Na aplicação da lei, o juiz atenderá aos fins sociais a que ela se dirige e às exigências do bem comum”. Esse dispositivo legal ilustra a técnica de interpretação

- A** literal.
- B** sociológica.
- C** lógica.
- D** sistemática.
- E** histórica.

Questão 39

Acerca do instituto da prescrição, assinale a opção correta.

- A** Os prazos de prescrição podem ser alterados por acordo entre as partes.
- B** A renúncia da prescrição somente ocorre de forma expressa.
- C** A prescrição pode ser alegada em qualquer grau de jurisdição pela parte a quem aproveita.
- D** A interrupção da prescrição poderá ocorrer diversas vezes durante o processo.
- E** O prazo para a prescrição da pretensão de cobrança de dívidas líquidas é de dez anos.

Questão 40

Acerca do instituto da decadência, assinale a opção correta.

- A** Aplicam-se à decadência as normas que interrompem a prescrição.
- B** A decadência convencional pode ser alegada pela parte a quem aproveita, em qualquer grau de jurisdição.
- C** É válida a renúncia à decadência fixada em lei.
- D** O juiz não deve reconhecer de ofício a decadência estabelecida em lei.
- E** O juiz pode suprir a alegação da decadência convencional quando não alegada pela parte.

Questão 41

Incumbe ao réu, em sede de contestação, arguir, entre outras, a preliminar de

- A** revelia.
- B** impedimento do juiz.
- C** suspeição do juiz.
- D** reconvenção.
- E** inépcia da petição inicial.

Questão 42

Os juizados especiais cíveis têm competência para

- I processo e julgamento de ação de despejo para uso próprio.
- II processo e julgamento de ações possessórias sobre bens imóveis, independentemente de seu valor.
- III promover a execução de seus julgados.
- IV processo e julgamento de causas de natureza alimentar, falimentar e fiscal, limitadas a quarenta vezes o salário mínimo.

Estão certos apenas os itens

- A** I e III.
- B** II e IV.
- C** III e IV.
- D** I, II e III.
- E** I, II e IV.

Questão 43

Considere que, após receber a conclusão do inquérito policial, o Ministério Público tenha perdido o prazo para o oferecimento da denúncia. Nesse caso,

- A** não será possível a propositura de ação penal, por falta de legitimidade.
- B** o delegado deverá arquivar o inquérito policial, pela inércia da acusação.
- C** é cabível ação penal privada subsidiária da pública proposta pelo ofendido.
- D** o juiz deverá arquivar o inquérito policial, que somente poderá ser desarquivado se surgirem novas provas.
- E** o delegado poderá oferecer a denúncia junto ao juízo competente, iniciando a ação penal.

Questão 44

Entre as providências previstas no art. 6.º do Código de Processo Penal, que a autoridade policial poderá realizar imediatamente após ser comunicada da ocorrência de infração penal, inclui-se

- A** realizar busca pessoal e domiciliar com apreensão de objetos, se for o caso.
- B** colher, em caso de prisão, informações sobre a existência de filhos menores do indiciado.
- C** autorizar a interceptação de dados e das comunicações telefônicas do indiciado.
- D** determinar a incomunicabilidade do indiciado por até cinco dias.
- E** prender o indiciado temporária ou preventivamente, conforme a necessidade.

Questão 45

Vítima de um crime de ação penal pública condicionada praticado por sua prima em 16/6/2021, a ofendida fez a representação formal em 18/12/2021.

Nesse caso hipotético, ocorreu

- A** renúncia.
- B** perdão.
- C** perempção.
- D** decadência.
- E** prescrição.

Questão 46

Na hipótese de o advogado do acusado não comparecer à audiência criminal,

- A** o acusado deverá constituir novo advogado para acompanhar o ato.
- B** esta será realizada sem a presença da defesa técnica.
- C** esta será adiada, se for apresentada justificativa prévia.
- D** há abandono do processo, sujeito à condução coercitiva.
- E** o réu será declarado revel, devendo ser nomeado defensor substituto para o restante da ação.

Questão 47

Se o acusado que foi citado por edital não comparecer para se defender na ação penal,

- A** ele será considerado culpado pelos fatos narrados na denúncia.
- B** o processo terá seguimento, com a decretação da revelia.
- C** será realizada a citação pessoal no seu local de trabalho.
- D** o réu será multado, por não manter o endereço atualizado.
- E** o processo será suspenso, caso não haja advogado constituído.

Questão 48

Com relação à citação por hora certa, assinale a opção correta.

- A** A citação por hora certa é admitida quando o réu se oculta para não ser citado.
- B** A citação por hora certa é prevista para o caso de o réu residir fora da comarca da ação.
- C** Depois de cumprida a citação por hora certa, eventual ausência do réu interromperá a ação.
- D** A citação por hora certa não tem previsão legal no processo penal brasileiro.
- E** A citação por hora certa é realizada quando o acusado está preso na comarca.

Questão 49

A unidade de base da arquivística é conhecida como

- A** princípio da proveniência.
- B** fundo de arquivo.
- C** arranjo.
- D** classificação.
- E** dado.

Questão 50

O arquivo intermediário caracteriza-se por conter

- A** predominantemente documentos decorrentes do exercício das atividades-meio.
- B** documentos decorrentes do exercício das atividades-fim de uma instituição ou unidade administrativa.
- C** documentos preservados em caráter definitivo, em função de seu valor.
- D** conjunto de documentos que são objeto de consultas frequentes pela entidade que os produziu.
- E** documento com uso pouco frequente e que aguarda destinação.

Questão 51

Consiste em atividade de registro e movimentação de protocolo

- A arquivar as fichas de protocolo em ordem numérica.
- B elaborar resumo do assunto dos documentos.
- C distribuir correspondências particulares.
- D abrir correspondência ostensiva.
- E ler correspondências e verificar a existência de antecedentes.

Questão 52

A ordenação intelectual e física de acervos baseada na hierarquia das informações é conhecida como

- A destinação de documentos.
- B gestão de documentos.
- C recebimento de documentos.
- D registro de documentos.
- E classificação de documentos.

Questão 53

A tabela de temporalidade de documentos de arquivo

- A determina o prazo de guarda dos documentos no arquivo permanente.
- B registra o ciclo de vida dos documentos do órgão produtor dos documentos.
- C determina prazos de guarda, mas não estipula eliminação de documentos.
- D não necessita de atualização depois de elaborada.
- E não necessita de aprovação no órgão, caso instituição arquivística pública a aprove.

Questão 54

Assinale a opção correta, acerca do arquivamento de documentos.

- A O sistema direto de arquivamento realiza busca com consulta prévia a instrumentos.
- B O método alfabético tem complexidade intermediária.
- C A escolha do método de arquivamento deve levar em consideração a natureza dos documentos e a estrutura da entidade produtora.
- D O sistema indireto de arquivamento faz a busca no local onde o documento está arquivado.
- E O método de arquivamento alfanumérico é padronizado.

Questão 55

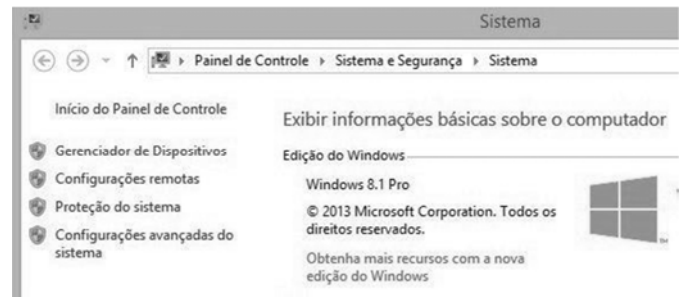
A ROM (*read-only memory*)

- A mantém seu conteúdo quando o computador é desligado; o usuário pode remover suas informações por meio do Windows e necessita de alimentação elétrica.
- B é uma memória cujo conteúdo é apagado quando o computador é desligado, ou seja, necessita de alimentação elétrica.
- C é uma memória volátil, já que perde seu conteúdo quando há queda de energia; suas informações são regravadas pelo computador toda vez que ele for ligado.
- D é um tipo de memória não-volátil, pois mantém seu conteúdo se houver queda de energia; o seu conteúdo pode ser removido facilmente.
- E mantém seu conteúdo, mesmo quando o computador é desligado; suas informações são gravadas pelo fabricante.

Questão 56

Assinale a opção que apresenta o formato padrão que nomeia uma série de tecnologias desenvolvidas pela Microsoft para a transmissão em *streaming* de arquivos de vídeo e que tem em sua família a extensão *.asf.

- A FLV
- B WMV
- C MOV
- D RMVB
- E MPEG

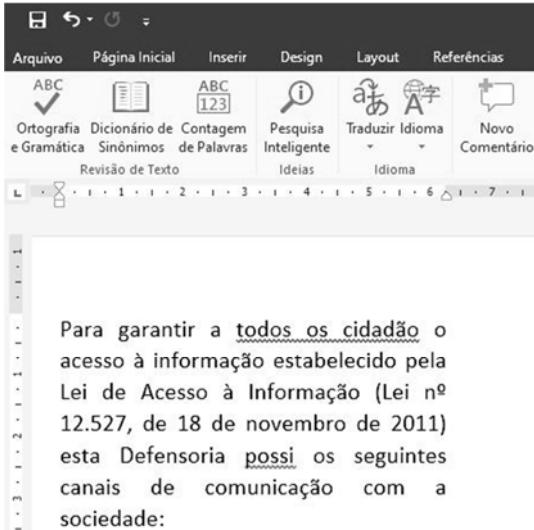
Questão 57

Acima, é apresentada, parcialmente, uma janela do Windows 8 que contém opções a tarefas a serem realizadas caso ocorra algo de errado com o computador. A fim de criar pontos de restauração, com a finalidade de restaurar arquivos do sistema do computador para um ponto anterior no tempo, é correto usar a opção

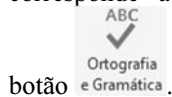
- A Obtenha mais recursos com a nova edição do Windows.
- B Gerenciador de Dispositivos.
- C Configurações remotas.
- D Proteção do sistema.
- E Exibir informações básicas sobre o computador.

Espaço livre

Questão 58



Com relação à figura apresentada, que mostra parte da janela de edição do programa Microsoft Word 2016, assinale a opção que corresponde ao resultado obtido após o usuário clicar no



- botão
- A Como há um erro de ortografia em “possí”, será exibida uma caixa de diálogo mostrando a palavra incorreta encontrada pelo verificador ortográfico.
 - B O termo “possí” será substituído, automaticamente, pelo termo “possui”.
 - C Não será realizada nenhuma ação, uma vez que nenhum texto está selecionado.
 - D O trecho “todos os cidadão” será substituído, automaticamente, pelo trecho “todos os cidadãos”, já que o referido botão tem a função de corrigir erros de concordância.
 - E Uma caixa de diálogo será exibida com sugestões de correções tanto para o termo “possí” quanto para o trecho “todos os cidadão”, tendo em vista que os dois apresentam erros.

Questão 59






	A	B	C	D	E
1	OAB-RO	DEFENSOR PÚBLICO		Digite a OAB:	121212
2	123456	João da Silva		Nome do Defensor	Maria das Graças
3	222222	Maria do Rosário			
4	121212	Maria das Graças			
5	202020	Pedro de Souza			

Na criação da planilha do programa Microsoft Excel 2016 precedente, foi inserida na célula E2 uma fórmula para mostrar o nome do defensor público que corresponde ao número da OAB da célula E1. Assinale a opção que apresenta corretamente a referida fórmula.

- A =PROCV (A1 : B5 ; E1 ; 0 ; 0)
- B =PROCV (A4 : B4 ; E1 ; 0 ; 0)
- C =PROCV (E1 ; A1 : A5 ; 2 ; 0)
- D =PROCV (E1 ; A2 : B5 ; 2 ; 0)
- E =PROCV (E1 ; A2 : B5 ; 1 ; 0)

Questão 60

No programa de navegação Google Chrome, em sua versão mais atualizada, é possível salvar uma página no computador para fazer a leitura na modalidade *offline*. Para isso, depois de abrir a página, deve-se

- A clicar com o botão direito do *mouse* em uma área em branco da página, selecionar a opção Salvar Página Off-line, escolher o local para salvar a página e clicar em Salvar.
- B clicar **Mais**  > Mais ferramentas > Salvar página como, no canto superior direito da página, escolher o local para salvar a página e clicar em Salvar.
- C clicar **Mais**  > Configurações > Salvar off-line, no canto superior direito da página, escolher o local para salvar a página e clicar em Salvar.
- D pressionar as teclas de atalho  + , escolher o local para salvar a página e clicar em Salvar.
- E pressionar a tecla , escolher o local para salvar a página e clicar em Salvar.

Espaço livre